



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 239355/21
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ANTONINA
INTERESSADO: JOSE PAULO VIEIRA AZIM, MUNICÍPIO DE ANTONINA
ADVOGADO /
PROCURADOR
RELATOR: CONSELHEIRO NESTOR BAPTISTA

ACÓRDÃO Nº 2860/22 - Tribunal Pleno

Recurso de Revista. Acórdão de Parecer Prévio nº 49/21 Tribunal Pleno. Não aplicação do mínimo constitucional em ações voltadas à área da educação e resultado deficitário das fontes não vinculadas. Coordenadoria de Gestão Municipal e Ministério Público pelo conhecimento e não provimento. Pelo conhecimento e não provimento.

1. RELATÓRIO

Os autos tratam de Recurso de Revista interposto pelo Município de Antonina (peça 31) em face do Acórdão de parecer Prévio nº 49/21 (peça 27), que julgou irregularidades as contas do Sr. José Paulo Vieira Azim como Prefeito de Antonina, referente ao exercício de 2019, em razão de não aplicação do mínimo constitucional em ações voltadas à área da educação e resultado deficitário das fontes não vinculadas (- 13,88%).

O recurso foi recebido por meio do Despacho nº 326/21 do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, com fundamento no Art. 477 do Regimento Interno deste Tribunal.

Vieram os autos a este Gabinete para processamento e julgamento, após distribuição.

O Recorrente afirma que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- a) O resultado deficitário decorre da grave situação assumida pela gestão;
- b) Que a suposta aplicação insuficiente de recursos da educação decorre de falso superávit que, tem origem em manobra contábil, cujas transferências não foram concretizadas;
- c) Que a municipalidade padece de valores que são desconsiderados das análises, como a dedução realizada no item 33 da Instrução nº 2232/2020, havendo uma glosa equivocada;

Instada a se manifestar a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), na Instrução nº 4450/22 (peça nº 37), após longa análise das afirmações apresentadas em recurso, opina pela manutenção da decisão.

O Ministério Público de Contas (MPC), por meio do Parecer nº 896/22, concorda com os fundamentos apresentados pela unidade técnica e manifesta-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

a) Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS.

A demonstração da execução orçamentária e financeira, restrita as fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS (fontes livres), no exercício de 2019, evidenciou a ocorrência de déficit orçamentário acumulado de (-) 13,98 % (treze vírgula noventa e oito por cento).

Tanto a unidade técnica quanto o Ministério Público de contas, na ocasião da instrução processual opinaram pela irregularidade do item, com aplicação de multa de multa ao gestor, ora recorrente.

Com fundamento nas análises o Acórdão recorrido afirmou:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

“A jurisprudência desta Corte de Contas evoluiu da fria análise nominal do resultado orçamentário para verificar a situação herdada e as medidas adotadas durante o período de análise, dando prevalência (ainda que não absoluta) ao resultado acumulado dos exercícios. In casu, verifica-se que, sem prejuízo do sensível déficit deixado pela administração anterior, o exercício de 2019 não foi contemplado com medidas eficazes visando ao equilíbrio das contas, verificando-se sensível déficit acumulado (-13,88%) e seguidos déficits ajustados por exercício na própria gestão do Sr. José Paulo Vieira Azim. Ademais, resta demonstrado pela Unidade Técnica que o **déficit não pode ser creditado a eventos imprevisíveis que diminuíram a arrecadação do Município, uma vez que o exercício apresentou recorde de arrecadação, o qual veio acompanhado de incremento de despesas.**”

(Grifo nosso).

Em sede de recurso, o recorrente sustenta que sua gestão foi superavitária no exercício de 2019, em 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento). Ocorre que, como bem salientou a unidade técnica na Instrução nº 4450/22, o índice apontado se refere ao resultado orçamentário financeiro ajustado de “todas as fontes” e o déficit apresentado como motivo de restrição se refere ao Resultado orçamentário/financeiro de fontes “não vinculadas” a programas, convênios, operações de créditos e RPPS, que tem sido deficitário ao longo dos exercícios e no em análise ainda foi de (-) 13,88%.

Nota-se que a receita do município teve um incremento, mas as despesas cresceram na mesma proporção, inexistindo, pois, a queda de arrecadação alegada pelo recorrente, conforme já devidamente demonstrado na Instrução nº 95/21 – CGM.

Conforme já mencionado no acórdão recorrido, em trecho citado acima, a jurisprudência deste Tribunal evoluiu para analisar o déficit nas contas vinculas observando o comportamento dos exercícios anteriores e até ressaltando a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

irregularidade, quando esse déficit não ultrapassa 5%. Contudo, esse não foi o caso evidenciado na presente prestação de contas, cujo déficit foi maior e o resultado do acumulado não evidenciou melhora ou comprometimento da gestão em equalizar o problema.

Assim, por todo exposto, nada há que se reforma quanto ao item recorrido.

b) Falta de aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.

De acordo com o Acórdão nº 49/21 – S2C o município não aplicou o mínimo exigido em educação – 25% em manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico. O Município aplicou 23,05% do mínimo exigido.

Em defesa, o recorrente afirmou que a não aplicação deve-se a ajustes realizados nas fontes 103 e 104 que não foram concretizados no exercício de 2016.

Ocorre que os cálculos realizados pela unidade instrutiva levam em consideração apenas o exercício em análise. Por essa razão o acórdão manteve a irregularidade e aplicou multa ao gestor Sr. José Paulo Vieira Azim, nos termos do Art. 87, IV, 'g' da LC. Nº 113/05.

Em sede de recurso, o gestor municipal, pede a conversão do item em ressalva, alegando que:

“No que se refere à aplicação de recursos do FUNDEB, temos a informar que desde 2017 a municipalidade tem buscado superar a maléfica herança deixada pela gestão 2016, quando houve transferências de valores tão somente nas contas contábeis, as quais não foram acompanhadas no financeiro – TRATA-SE DE INCREMENTO DE VALORES QUE OCORRERAM APENAS CONTABILMENTE, NÃO OCORRENDO OS RESPECTIVOS SALDOS EM CONTA. Ou seja, a municipalidade padece de valores que são desconsiderados das análises, mas que, em verdade, não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

refletem a realidade dos fatos. Trata-se de dedução realizada no item “33.” – página 22 da Instrução nº 2232/2020 – CGM – Primeiro Exame, no valor de R\$ 1.169.898,97, equivocadamente glosada do cálculo do índice da educação, (...)”

Apesar dos argumentos e documentos apresentados pelo recorrente, a análise técnica constatou que esses já foram objeto de análise quando da instrução e não trouxeram resultados diferentes para o resultado da aplicação do mínimo em educação exigido constitucionalmente.

Quanto a afirmação de que não houve superávit, mas manobras contábeis realizados para “acerto de fontes”, cujas transferências de recursos efetivamente não foram concretizadas, como bem salientou a unidade técnica, a municipalidade precisa agir para apurar as responsabilidades e solucionar o problema, a este Tribunal, compete a apuração com base nos dados existentes.

Assim, nada há que ser modificado no Acórdão recorrido quanto a irregularidade encontrada.

3. VOTO

A partir do exposto, **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** e, no mérito, pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso de Revista interposto pelo Município de Antonina e o Prefeito Municipal José Paulo Vieira Azim, em face da decisão consubstanciada no Acórdão nº 49/21- STP, que emitiu Parecer Prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas ao gestor em razão do resultado orçamentário deficitário nas fontes não vinculadas e da ausência de aplicação do mínimo de gastos com educação, nos termos da fundamentação.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro NESTOR BAPTISTA, por unanimidade, em:

I – **CONHECER** o Recurso de Revista interposto pelo Município de Antonina e o Prefeito Municipal José Paulo Vieira Azim, em face da decisão consubstanciada no Acórdão nº 49/21- STP, que emitiu Parecer Prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas ao gestor em razão do resultado orçamentário deficitário nas fontes não vinculadas e da ausência de aplicação do mínimo de gastos com educação, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, julgar pelo **NÃO PROVIMENTO**, nos termos da fundamentação.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 10 de novembro de 2022 – Sessão Ordinária Virtual nº 16.

NESTOR BAPTISTA
Conselheiro Relator

Documento assinado digitalmente

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente